Of. N.: 1837/2018
Data: 02-10-2018

REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DO MAR

Exma. Senhora
Dra. Marina Gonçalves
Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA
3441	20/11/2017	ENT Nº 3880/2018 PROC. Nº: 6/2017

ASSUNTO: Pergunta nº 339/XIII/3ª. (CDS-PP) de 20 de Novembro 2017 - WindFloat Atlantic

Cara Dra Marina Gonçalves,

Em resposta às questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me Sua Excelência a Ministra do Mar de informar o seguinte:

1- **Confirma V. Exa que o projeto WindFloat Atlantic está parado, correndo risco o calendário de execução?**

O desenvolvimento das energias renováveis faz parte do Programa do atual Governo, que aprovou a Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceânicas através da RCM nº 174/2017, 24 de novembro, e está de acordo com a Estratégia Nacional para o Mar 2014-2020 (Capitulo II ponto 3.2).

O projeto WindFloat desenvolve-se em três fases distintas: execução das plataformas e montagem dos aerogeradores; execução da infraestrutura de ligação à rede (cabos submarino e subterrâneo) e colocação dos elementos no local de funcionamento. Prevê-se o início de produção ainda em 2019, no entanto verificam-se avanços concertados, nomeadamente ao nível de estudos, projetos, trabalhos preparatórios e encomendas.

Decorre, atualmente, a fase de decisão relativa às infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT) resultante do processo de apreciação do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) do projeto tripartido de ligação de centrais *offshore* à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP), aguardando-se a emissão da Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (DCAPE) pela CCDR do Norte.

Gabinete da Ministra do Mar
Rua Alfredo Magalhães Ramalho, N.1 - 1495-165 - Algés - Portugal
TEL + 351 21 326 46 65/67 | EMAIL gabinete.mm@mm.gov.pt

As peças processuais atinentes ao Procedimento de Verificação da Conformidade Ambiental do Projeto de Execução da "Central Eólica Offshore Windfloat Atlantic" estão disponíveis no portal Participa (http://participa.pt/consulta.jsp?loadP=2304).

2- Que medidas estão a ser tomadas na sequência da reunião entre as associações de pescadores e o Senhor Secretário de Estado das Pescas?

Em primeiro lugar importa referir que em todas as fases do processo foram auscultados os interessados institucionais e sectoriais, tendo sido publicitadas as áreas através dos Editais nos locais habituais, no cumprimento dos procedimentos de Consulta Publica para a emissão do Titulo de Utilização do Espaço Marítimos (TUPEM), não tendo havido a manifestação de posições contrárias, durante o prazo legal em que decorreram as consultas.

Quanto à colocação dos Cabos Submarinos, foi necessário retirar as artes de pesca ao longo de um canal com cerca de 17 Km, operação que foi coordenada com as comunidades piscatórias, tendo o promotor pago os custos inerentes à retirada das artes ao longo da respetiva área.

Relativamente à alteração da área a ocupar pelos aerogeradores, tal não é possível nesta fase de desenvolvimento do projeto por razões financeiras e técnicas, já que o mesmo foi desenhado para as condições de profundidade, topografia de fundo e exposição aos ventos e ondulação no local inicialmente alocado ao projeto, situado numa área de Desenvolvimento e Experimentação para Equipamentos de Produção de Energia Renovável *offshore*, aproveitando as infraestruturas ali colocadas.

A proposta de relocalização da Plataforma pela VianaPesca e outras associações para o paralelo 009.0630 N, implicaria além disso um novo procedimento para emissão do TUPEM, o que colocaria em causa o contrato assinado entre o Estado e os Promotores e poderia mesmo levar a atrasos ou à não concretização do investimento com impactos negativos para este setor emergente da economia portuguesa.

3- O início da área de implantação do parque eólico vai ser deslocado de forma a resolver-se o problema levantado?

Pelas razões acima referidas não vai ser deslocalizada a área de implantação do projeto, o que colocaria em causa e objetivo estratégico de Portugal de se tornar num país inovador na área da Energia Renovável *offshore*, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Azul.

O projeto Windfloat faz parte da estratégia do Governo de desenvolvimento das energias renováveis oceânicas, cujo objetivo principal é a criação de um "*cluster*" industrial exportador destas tecnologias energéticas limpas com um potencial para gerar 254 milhões de euros em investimento, 280 milhões de euros em valor acrescentado bruto,119 milhões de euros na balança comercial e 1500 novos empregos.

4- **Como prevê o Estado financiar os cerca de 48 milhões de euros adicionais necessários para pagar o cabo submarino destinado a ligar o parque eólico *offshore* à rede elétrica?**

Como é do conhecimento público a Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2018, criou as condições para que fosse promovida uma alteração do contrato de concessão da REN – Rede Elétrica Nacional, por forma a permitir a construção do cabo submarino de ligação da Zona Piloto à Rede Elétrica Nacional, com a localização definida, prevendo a sua posterior transmissão para a concessionária da gestão da Zona Piloto. Neste contexto foi assinado em abril passado uma adenda ao contrato de concessão da atividade de transporte de eletricidade através da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT), que não implica qualquer alteração do equilíbrio económico da concessão, sendo o projeto suportado por fundos do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos e verbas provenientes de fundos de apoio à inovação.

Com os melhores cumprimentos e estima pessoal

A Chefe do Gabinete

Ana Pula Fernandes

Gabinete da Ministra do Mar
Rua Alfredo Magalhães Ramalho, N.1 - 1495-165 - Algés - Portugal
TEL + 351 21 326 46 65/67 | EMAIL gabinete.mm@mm.gov.pt